

Editorial

A questão da relação entre a pós-graduação e a educação básica no contexto brasileiro é um assunto atual e proeminente, especialmente quando se considera que, enquanto a pós-graduação no Brasil está plenamente consolidada, a educação básica, especialmente a educação básica pública, é ainda problemática. O Brasil ainda se situa em 84º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, em grande parte devido a deficiências severas a respeito da qualidade de sua escola pública. O brasileiro médio completa apenas seis anos de escolaridade, menos de 50% dos jovens que estudam hoje concluirão o ensino médio e o desempenho dos alunos brasileiros nos exames de comparação internacional (como os exames do PISA/OECD¹) sugerem que os adolescentes do País são pouco competitivos no cenário atual de globalização. Para romper o ciclo vicioso em que a baixa qualidade da educação básica se perpetua, intervenções fortes e articuladas são necessárias, e a pós-graduação, marcada por sua reconhecida qualidade, tem papel de destaque nesse sentido.

Diante da situação posta acima, torna-se relevante a aprovação da Lei 11.502, de julho de 2007, que ampliou a missão da Capes para contemplar atividades relacionadas com a melhoria da educação básica. Uma razão para a ampliação das responsabilidades da Capes foi a de aproveitar a experiência acumulada e a estrutura administrativa efetiva de uma agência articulada com o Ministério da Educação já altamente respeitada por sua competência e integridade. Outra razão foi a suposição, mais implícita do que explícita, de que sinergias poderiam ser estabelecidas entre a pós-graduação, promovida e avaliada pela “velha” Capes, e a formação de professores de educação básica, foco da “nova” Capes.

Em face dessa preocupação, tanto no interior da Capes como fora dela, com a educação básica, não surpreende o fato de que, pela primeira vez, um capítulo intitulado “Educação Básica: um novo desafio para o SNPG²” é incluído no novo Plano Nacional de Pós-Graduação, recentemente lançado. O referido capítulo enfatiza que “a pós-graduação constitui-se numa etapa da nossa estrutura de ensino

¹ Program for International Student Assessment/Organization for Economic Cooperation and Development.

² Sistema Nacional de Pós-Graduação.

e, como tal, guarda uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais” e argumenta que “se quisermos ampliar o número de alunos nos cursos de mestrado e doutorado, temos que melhorar a eficiência do sistema como um todo, sobretudo a etapa da educação básica”. Acrescenta, ainda, que “a melhoria da qualidade da educação diz respeito ao desenvolvimento social do país”, pois a falta de escolarização “dificulta o entendimento dos conceitos científicos e a participação das pessoas nos debates sobre muitos assuntos de interesse geral”.

O segundo volume – **Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência** – está organizado em duas seções. A primeira seção – **Ensino de Ciências e da Matemática: formação e práticas** – apresenta quatro artigos. O primeiro texto, de autoria de Pietropaolo, Campos e Silva, intitulado *Formação continuada de professores de Matemática da educação básica em um contexto de implementação de inovações curriculares*, tem como foco relatos de práticas docentes no âmbito do Observatório da Educação da Capes. Essa pesquisa procura responder a seguinte pergunta: “a discussão sobre inovações curriculares favorece a reflexão do professor a respeito de sua prática docente de modo a promover mudanças?” Também com base no projeto Observatório da Educação, Gouvea *et al.*, no artigo *O ensino de Ciências na escola básica e a universidade: considerações sobre formação inicial e continuada de professores a partir de uma pesquisa participativa via abordagem CTSA³ no sul fluminense*, enfatizam a importância da pesquisa participativa em que o professor é visto como coprodutor do conhecimento. Em *A Química do Lixo: utilizando a contextualização no ensino de conceitos químicos*, Santos *et al.* concluíram que a abordagem CTSA foi importante para o aprendizado, na medida em que permitiu uma reflexão do aluno sobre o seu cotidiano, desmistificando em muito o aprendizado da Química. Heck *et al.*, no texto *Iniciação científica no ensino médio: um modelo de aproximação da escola com a universidade por meio do método científico*, relatam que “a iniciação científica no ensino médio apresenta-se como uma estratégia aplicável no currículo escolar atual, visando à formação de um futuro graduando de qualidade e com raciocínio crítico, tornando o ensino mais motivador tanto para o aluno quanto para os professores, gerando novas perspectivas para o ensino como um todo”.

A segunda seção – **Pibid⁴: experiências e reflexões** – contém sete artigos. Criado em outubro de 2008, o Programa Institucional de

³ Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA).

⁴ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Bolsa de Iniciação à Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Pibid-FAE/UFMG) permitiu o estabelecimento do diálogo entre as instituições de nível superior e as escolas de educação básica de forma bastante eficiente, conforme aponta Oliveira no artigo ***O Pibid-FAE/UFMG e os processos de significação da prática docente***. O texto seguinte, de autoria de Carvalho, intitulado ***O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: instituindo o paradigma prático-reflexivo na formação docente***, relata a experiência exitosa da implementação desse programa, apoiado pela Capes, na Universidade Federal do Piauí, apesar das dificuldades decorrentes das limitações de infraestrutura das escolas parceiras. Destro *et al.*, no texto ***Projeto institucional: formação docente e compromisso social***, discorrem sobre o desenvolvimento desse programa envolvendo a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e 12 escolas da rede pública. Em ***Vivenciando a prática docente em Química por meio do Pibid: introdução de atividades experimentais em escolas públicas***, Weber *et al.* apresentam os resultados positivos no ensino de Química, envolvendo tanto a prática em laboratório como a elaboração de jogos didáticos sob a coordenação da Universidade Federal da Paraíba. Dorneles e Galiazzi, com base no relato de professores do Pibid da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), apresentam o resultado de uma pesquisa envolvendo as teorias sobre a prática docente em ***Que roda é que se conta? A escrita narrativa na formação permanente***. A utilização de jogos didáticos permite a melhoria do processo ensino-aprendizagem. No artigo ***Avaliação de um minicurso sobre o uso de jogos no ensino***, Brito *et al.* defendem o uso de jogos didáticos para ensinar conceitos que podem ser difíceis de compreender. Sob a coordenação da Universidade Federal da Paraíba, no último artigo, ***A utilização da sequência didática para a construção da argumentação no artigo de opinião***, Santos e Melo argumentam que “a experiência da utilização da sequência didática para a construção da argumentação no gênero textual artigo de opinião foi promissor”.

Robert Evan Verhine
Editor convidado

Maria Isabel Lessa da Cunha Canto
Editora